

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.)

382. CANUDOS PERDE SEU HISTORIADOR

Com o título supra, um periódico da capital paulista, assinado apenas com as iniciais A.A.S., registrou o falecimento, no dia 29 de maio do ano em curso, aos oitenta e cinco anos de idade, do Professor José Calazans Brandão da Silva, "reconhecido como a maior autoridade brasileira no tema Canudos", rotulado mesmo como o maior dos "canudólogos".

É-nos grato evocar o escritor baiano, com o qual tivemos em certa época excelente relacionamento, participando, juntos, de diversas reuniões culturais e mantendo com ele correspondência relativamente freqüente. Tivemo-lo por algumas vezes como colaborador de "Notícia Bibliográfica e Histórica". Circunstâncias diversas oriundas de ambas as partes implicaram num certo afastamento (em grande parte por razões "geográficas"...), mas nunca deixamos de acompanhar seus trabalhos nas áreas de seu interesse, o mesmo fazendo ele conosco, dominados ambos pelos mais sinceros sentimentos de simpatia e de compreensão.

Sempre apreciamos sua maneira de tratar o tema canudense, não o único, é claro, de suas preocupações literárias, mas certamente o mais freqüente. É tema bastante controverso, como é sabido. O saudoso jurista e também historiador Ataliba Nogueira (1901-1985)

provou-o em livro publicado na década de 70 do século passado, retificando, em muito, o que Euclides da Cunha escrevera em “Os Sertões”.

De fato, até há pouco, Euclides era a única fonte relativa ao episódio de Canudos. Mas, sem desmerecer o valor de seu livro, sabe-se hoje que a versão euclidiana parece-nos um tanto deturpada em face de preconceito da época, ou mesmo ausência de outras fontes, além da reportagem que o grande escritor elaborou em seu livro famoso.

Os autores baianos – e Calasans entre eles, talvez mesmo em primeira plana – nunca se conformaram em ter “Os Sertões” como a única fonte para o doloroso episódio que ensangüentou os primeiros anos do regime republicano. Daí, o aparecimento de outras “visões” do episódio, não só por parte de autores baianos, mas também de outras regiões do Brasil, como o já citado caso de Ataliba Nogueira, que teve em mãos documentação que Euclides da Cunha não chegou a conhecer, não só com relação ao episódio em si, mas particularmente quanto ao seu líder principal, o famoso Antônio Conselheiro. E entre esses novos autores, ninguém produziu mais e melhor do que o falecido Calasans.

Com a sua formação cultural voltada para os problemas de história social, especialmente com base geográfica e sociológica, revelou-nos aspectos inéditos do triste episódio que sublevoou os sertões baianos nos fins do século XIX. “A verdadeira Canudos, revelada por Calasans – concluiu o autor da nota que, de início, evocamos – é bem diferente do que supunham os positivistas da passagem do século XIX para o XX, entre os quais em larga medida se insere Euclides da Cunha. E também não foi uma sociedade de tipo comunitário ou socialista, como ainda hoje imaginam historiógrafos remanescentes da velha escola marxista”.

Enfim, um episódio ainda “em aberto”, como tantos na história brasileira. Quando pensamos em “Canudos”, pensamos igualmente no “Contestado”, no sul do Brasil, que tem sido estudado por diversos autores paranaenses e catarinenses. Episódio, a nosso ver, em nada inferir ao de Canudos, mas só que não encontrou nenhum Euclides que o descrevesse. 1-9-2001.

383. “OITO BANANAS POR UM TOSTÃO”

O título que tomamos para esta nota poderá parecer estranho e até pitoresco para alguns de nossos leitores. Foi ele utilizado por um memorialista campineiro para caracterizar um período da história de sua cidade (aproximadamente a década 20 do século passado) e que ele procurou reconstituir com espírito e sabedoria no sentido de dar aos leitores de hoje um retrato do que era a cidade naqueles tempos: vida fácil, barata, farta, tranqüila de uma cidade por assim dizer provinciana, que nem de longe faria prever o grandioso futuro que alcançaria algumas décadas depois.

O autor, Benedito Barbosa Pupo, jornalista, historiador e memorialista, vem de falecer há pouco aos 95 anos de idade, deixando numerosos escritos, frutos de exaustivas pesquisas bibliográficas e arquivais, indispensáveis todos para quem quiser conhecer o passado da cidade. Mas, o campineirismo não foi o único traço de sua vida e obra. Viveu vários anos em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Paraná, sempre com importantes atribuições e sempre com sua atenção voltada para uma gama imensa de interesses, abrangendo a história, a geografia, o jornalismo, a música, a economia, a propaganda, as artes plásticas, o teatro e os mais variados setores literários. Raro o campo do saber pelo qual não demonstrasse algum interesse.

Tivemos um longo relacionamento – mais de 50 anos –, desde uma reunião de geógrafos em Curitiba, em 1953, à qual tivemos o privilégio de comparecer, e da qual foi ele valioso assessor designado pelo governo do Estado. O ponto de partida de nossa convivência foi a ferrovia, da qual ela foi sempre impertérrito defensor, não se conformando nunca com o descaso a que esse meio de transporte foi relegado. Havíamos publicado, alguns anos antes, um pequeno estudo sobre a evolução ferroviária de São Paulo (ampliado posteriormente para o livro “Café e Ferrovias”), e isso foi o que nos aproximou. Outra área de seu interesse no vizinho Estado foi o pioneirismo no Norte do Paraná, que ele acompanhou praticamente desde sua origem, inclusive editando em Londrina uma revista de alto nível, “A Pioneira”, destinada à cobertura de tudo quanto interessasse ao desenvolvimento da região.

Dada essa multiplicidade de interesses e de motivos de abordagens em sua longa carreira, é fácil imaginar a falta que ele irá fazer nos ambientes em que atuava, particularmente na Unicamp, onde teve destacada atuação, entre outras coisas, na divulgação da obra de

Carlos Gomes, sobre a qual muito escreveu, inclusive descobrindo e fazendo divulgar partituras inéditas do compositor campineiro.

Recordemos finalmente outro importante ponto de seu interesse e sobre o qual também muito escreveu: o estudo das origens de Campinas, notadamente a ação do Morgado de Mateus no contexto da primitiva urbanização não só local, mas também de outras localidades da antiga capitania paulista. Sobre este assunto, polemizou demais, o que, aliás, era muito do seu feitio. Apenas sobre um assunto não polemizava: a amizade e a dedicação aos seus amigos. Razão de sobra, pois, para esta sentida evocação. 6-10-2001.

384. OFICIAL DE NAPOLEÃO, SITIANTE NO RIO DE JANEIRO

É sabido que o primeiro ato do Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI) ao chegar ao Brasil no início do século XIX foi abrir os portos brasileiros às nações “amigas”. Entendia-se por nações “amigas” todo o mundo menos a França; mas esta também se tornou “amiga” após a derrota de Napoleão em 1815.

Esse ato teve interesse não apenas comercial, mas também demográfico, pois implicou na vinda para o Brasil para quem quisesse vir. Enquanto que antes nosso país era fechado o máximo possível aos estrangeiros e os poucos que conseguiam vir eram policialmente vigiados, com receio de que trouxessem idéias subversivas, e a isso não escapavam nem os naturalistas que vinham com o fim de estudar o país. A partir de 1808 a situação praticamente se inverte e só não viria quem não quisesse ou não pudesse. As cidades portuárias – Rio, Bahia, Recife – são as preferidas para essa nova “invasão”, passando a existir, em todas elas, bairros habitados exclusivamente por estrangeiros, principalmente ingleses, pois a Inglaterra foi o país que mais se beneficiou desse liberalismo do novo Estado brasileiro. Quase todos eram dados ao comércio, que foi praticamente monopolizado pelos ingleses. Mas, alguns tinham interesse agrícola, com vistas principalmente ao café, que era, por assim dizer, a novidade agrícola do país.

Tais considerações vieram-nos à mente para explicar e justificar a presença no Rio de Janeiro dessa época, não de um comerciante ou naturalista, mas um nobre e nada menos que um oficial (ajudante-de-campo) de Napoleão: Dirk van Hagendorp, de nacionalidade holandesa, uma figura “interessante e pitoresca”, no dizer de Afonso de Taunay.

Agraciado com o título nobiliárquico de Conde, mereceu as melhores atenções de Napoleão, que o favoreceu sempre com altos postos. Mas, a derrota de Waterloo marcou o fim de sua carreira. Não encontrando o que fazer com a restauração dos Bourbons (justamente pelas suas ligações com Napoleão), passou a Portugal a oferecer seus préstimos em alguma incumbência no Brasil, na época já capital da monarquia portuguesa. Todavia, o secretário da embaixada de Portugal em Paris fez-lhe ver que não deveria alimentar ilusões quanto a ocupar um posto militar no Brasil; mas que seria mais fácil obter extensas terras a serem exploradas sem grandes despesas. E assim, o antigo oficial de Napoleão tornou-se sitiante ao pé do Corcovado.

Mas, a sorte não lhe sorriu. Tentando colocar em prática seus ideais humanitários, recusou-se a admitir escravos, concedendo a liberdade a todos os que já se encontravam na propriedade que adquiriu. A maioria deles abandonou o trabalho, o que comprometeu o êxito de seu empreendimento. Chegou a ter um bom relacionamento com homens do governo, inclusive com o próprio monarca. Com o passar do tempo, diz um autor que dele cuidou, “a plantação de café deixou de cobrir os gastos e seu proprietário viu-se obrigado a ele próprio trabalhar, produzir carvão e fabricar vinhos de frutas para sua subsistência”. Dele já se disse que de fazendeiro tornou-se simples quitandeiro, vendendo doces e frutas para os viajantes que passavam pela estrada do Corcovado. E quase na miséria, faleceu em 1822.

A evocação de sua memória vem nesta data a propósito de seu nascimento, coincidentemente com o dia desta crônica, no ano de 1761. 13-10-2001.

385. EVOCANDO A TERRA FLUMINENSE

Numa evocação não apenas cultural mas significativamente também sentimental em torno de alguns caminhos antigos da terra fluminense, tivemos oportunidade de novos contatos com a obra do geólogo e historiador Alberto Ribeiro Lamego, inegavelmente uma das grandes figuras da vida científica brasileira e a quem tivemos o privilégio de conhecer em tempos que já vão bem longe no antigo Serviço Geológico Federal. Tivemos a oportunidade feliz de participar de uma excursão por ele dirigida pela Baixada Fluminense, na qual cada parada do ônibus era motivo para verdadeira e magistral aula sobre uma região que ele conhecia como ninguém. Chegamos a

evocar essa excursão em artigo publicado por ocasião de seu falecimento, isto há quase vinte anos.

Alberto Ribeiro Lamego escreveu muito, avançando algumas teorias e hipóteses nem sempre bem aceitas pelos seus colegas, mas que, inegavelmente, trouxeram valiosa contribuição aos estudos geológicos no Brasil. Entre elas, sua interpretação petrogenética das escarpas do Rio de Janeiro, que continuou sendo, ao longo dos anos, sua obra mais importante, mais discutida e, talvez por isso mesmo, mais empolgante.

Mas, além da geologia, dedicou-se Lamego também aos estudos históricos sobre a terra fluminense. Aliás, teve a quem sair, pois era filho do historiador campista Alberto Lamego, autor de “A terra goitacá”, um dos grandes títulos da bibliografia histórica sobre o Rio de Janeiro. Era o velho Lamego possuidor de riquíssima biblioteca, especialmente de obras raras sobre o Brasil, acervo esse adquirido pelo governo paulista para Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e que se encontra atualmente incorporado ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros.

Com o exemplo paterno e o rico material que teve à sua disposição, o filho Alberto Ribeiro Lamego não pôde deixar de se interessar pelo passado de sua terra. Seu primeiro trabalho histórico, “Na planície do solar e da senzala”, é de grande valor para a história social da região de Campos. Mas, foi sobretudo com a tetralogia “O homem e o brejo”, “O homem e a restinga”, “O homem e a Guanabara” e “O homem e a serra”, que o geólogo-historiador produziu sua mais importante contribuição à historiografia brasileira, notadamente fluminense. Lamego nunca entendeu a geografia sem o apelo ao passado histórico; eis porque, em seu livros, as duas matérias caminham de mãos dadas.

É uma pena que seus quatro excelentes livros tenham sofrido dos males das publicações oficiais, quase sempre de difícil e às vezes impossível acesso a tantos interessados pelos seus fascinantes temas. Tiragem reduzida, não vendidos nas livrarias, distribuídos apenas aos que têm bom relacionamento com as instituições que os editaram, ficam fora do alcance de muitos – professores e estudantes – que tanto poderiam aproveitá-los. E com a inconveniência, ainda de nunca serem reeditados. 10-11-2001.